

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

JUNHO DE 2026

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 6

BALANÇO PATRIMONIAL 11
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 13
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 14
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO 15
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 16

NOTAS EXPLICATIVAS:
1. CONTEXTO OPERACIONAL 17
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 24
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES 24
5. NSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO 25
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO 25
7. RESULTADO COM APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 27
8. ATIVOS FISCAIS 27
9. OUTROS ATIVOS 28
10. INVESTIMENTOS 28
11. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – AO CUSTO AMORTIZADO 28
12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES 29
13. OUTROS PASSIVOS 30
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 30
15. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS 31
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 33
17. GERENCIAMENTO DOS RISCOS E GESTÃO DO CAPITAL 34
18. OUTRAS INFORMAÇÕES 35
19. EVENTOS SUBSEQUENTES 36
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES 37

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

CENÁRIO ECONÔMICO

A economia mundial segue em desaceleração moderada, com expectativas de crescimento anual do PIB da ordem de 3,0%, ante 3,2% em 2025. Esse crescimento tem sido puxado pelo desempenho das economias indiana e chinesa. Contudo, o ambiente global permanece cercado de incertezas, diante de conflitos geopolíticos e tensões comerciais.

No Brasil, embora o desempenho da economia nos primeiros meses do ano tenha superado as expectativas iniciais, projeções recentes apontam para crescimento do PIB da ordem de 2,0% em 2026, ante 2,3% em 2025. Essa desaceleração decorre da elevada taxa Selic e das pressões inflacionárias, com reflexos no desempenho em importantes setores econômicos.

Nesse contexto, o setor industrial cresceu 1,4% no acumulado até maio (últimos dados de mercado disponíveis), ante 1,8% em igual período de 2025. O setor de serviços, que responde por aproximadamente 2/3 do PIB, também desacelerou. A expansão de 1,9% até maio foi inferior aos 2,5% registrados em igual período de 2025. Já o comércio varejista ampliado evoluiu 1,3%, evidenciando melhor desempenho na comparação com 1,1% acumulado em igual período do ano anterior.

Quanto ao comércio exterior, não obstante o quadro externo desfavorável, as exportações alcançaram US$ 184,8 bilhões (US$ 165,7 bilhões em 2025), aumento de 11,5%, enquanto as importações somaram US$ 142,4 bilhões (US$ 135,5 bilhões em 2025), evolução de 5,1%. Como resultado, o superávit comercial atingiu US$ 42,4 bilhões, aumento de 40,3% em relação ao mesmo período de 2025.

O IPCA apresentou consistente tendência de queda em 2025. Contudo, a trajetória se inverteu e o indicador alcançou 3,36% no acumulado de janeiro a junho, ante 2,99% em igual período de 2025. Projeções recentes apontam para inflação da ordem de 5,15% em 2026, bem superior ao teto da meta governamental de inflação de 4,5%. A taxa Selic continua em patamar restritivo, em 14,25% a.a. e tem sido o instrumento utilizado para controlar a inflação.

No âmbito do Sistema Financeiro Nacional, o crédito cresceu 2,3% no acumulado até maio (últimos dados de mercado) e 9,50% nos últimos doze meses encerrados em maio de 2026. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional, por sua vez, posicionaram-se em 7,8% em maio de 2026 (7,5% em dez 2025).

SOBRE O BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS

O Banco Mercantil de Investimentos (BMI), controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., é uma instituição financeira com capital aberto e mais de cinco décadas de atuação no mercado financeiro nacional. Ao longo de sua trajetória, consolidou uma posição sólida no mercado de capitais, com presença na estruturação de operações especializadas e no desenvolvimento de soluções customizadas para seus clientes.

O BMI oferece um portfólio diversificado na estruturação e distribuição de produtos típicos do mercado de capitais, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Imobiliário (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações de securitização e emissões de valores mobiliários, incluindo Debêntures, Notas Comerciais e Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F). A atuação da Instituição é marcada pela expertise de sua equipe, composta por profissionais qualificados, elevado conhecimento técnico

e visão estratégica de mercado. O relacionamento é conduzido tanto de forma direta com empresas emissoras e investidores, quanto por meio de parcerias com outras instituições financeiras.

No primeiro semestre de 2026, o BMI manteve sua atuação como parceiro estratégico de empresas e investidores.

Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos

A gestão da estrutura de capital do BMI e a definição de seus limites operacionais são conduzidas de forma integrada com o Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas de regência. O cálculo dos limites é realizado de forma consolidada com o controlador.

Ao final do primeiro semestre de 2026, o índice de adequação do capital (Basileia III) alcançou 17,2%, acima do mínimo regulatório exigido de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal, evidenciando a robustez da Instituição em termos de capital e sua postura conservadora na gestão dos riscos.

A gestão dos riscos, incluindo riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental, também é centralizada no controlador, que dispõe de estruturas especializadas e alinhadas às exigências regulatórias vigentes. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Estrutura de Ativos e Passivos

O Ativo total posicionou-se em R$ 604,3 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R$ 543,4 milhões), 89,9% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam R$ 63,0 milhões e são compostos por títulos e valores mobiliários. A Composição é a seguinte: certificados de recebíveis do agronegócio R$ 32,3 milhões; certificados de recebíveis imobiliários R$ 16,3 milhões; certificados de direitos creditórios do agronegócio R$ 7,2 milhões; nota comercial R$ 3,4 milhões e debêntures R$ 3,8 milhões.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R$ 70,5 milhões, distribuídos em contas de fundo imobiliário - R$ 42,8 milhões; fundo de investimentos em direitos creditórios R$ 26,7 milhões e Fiagro - R$ 991,0 mil.

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizaram R$ 184,8 milhões (30,6% do total do ativo) e estão classificadas no estágio 1.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R$ 359,9 milhões, os depósitos a prazo R$ 61,8 milhões e os recursos de aceite e emissão de títulos R$ 14,1 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos de R$ 9,7 milhões, provisões fiscais e cíveis de R$ 6,5 milhões e outros passivos de R$ 2,7 milhões.

Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R$ 149,5 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R$ 7,3 milhões, crescimento de 48,9%.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R$ 23,9 milhões. Estão representadas por receitas com operações de crédito R$ 17,1 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R$ 6,7 milhões.

As Despesas com Operações de Captação no Mercando somam R$ 32,2 milhões. Referem-se, basicamente, às captações em depósitos a prazo e letras de crédito do agronegócio.

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R$ 1,4 milhão. Outras Receitas Operacionais totalizaram R$ 28,2 milhões e referem-se, basicamente, às atualizações monetárias de direitos creditórios e de precatórios a receber da União.

As despesas de pessoal posicionaram-se em R$ 4,6 milhões e as despesas administrativas perfazem R$ 2,7 milhões. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 15.2 e 15.3.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, agosto de 2026.

Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua dos Inconfidentes, 911, 18º, Soinco Business Center,
Belo Horizonte, MG, Brasil, 30140-128
T: +55 (11) 4004-8000

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.2 (b) 4, 5 e 6)	
A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre a avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação	
O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica. Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.	Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável. Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados. Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes
existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 4 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	3	1.048	1.259
Instrumentos Financeiros		542.368	597.752
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4	62.996	78.674
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	62.996	78.674
Ao valor justo por meio do resultado	5	70.476	79.483
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	70.476	79.483
Ao custo amortizado	6	408.896	439.595
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	-	8.567
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.2	184.791	226.751
(Provisão para Perdas Esperadas)	6.2.d)	(4.409)	(4.925)
Outros Ativos Financeiros	6.3	228.514	209.202
Ativos Fiscais	8	16.367	15.230
Correntes	8.1	7.627	5.220
Diferidos	8.2	8.740	10.010
Outros Ativos	9	30.461	7.423
Investimentos	10	14.062	5.016
Total do Ativo		604.306	626.680

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros ao custo amortizado		435.876	462.589
Depósitos e demais instrumentos financeiros	11	435.876	462.589
Depósitos	11.1	421.718	436.744
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.2	14.077	25.762
Outros Passivos Financeiros		81	83
Provisões	12	6.530	6.310
Passivos Fiscais		9.699	7.347
Correntes		3.758	1.406
Diferidos		5.941	5.941
Outros Passivos	13	2.702	8.224
Patrimônio Líquido	14	149.499	142.210
Capital Social	14.1	82.028	82.028
Reservas de Capital	14.2	9.000	9.000
Reservas de Lucros	14.2	52.986	52.986
Outros Resultados Abrangentes		(1.838)	(1.804)
Lucros Acumulados		7.323	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		604.306	626.680

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receita da Intermediação Financeira		**23.867**	**31.507**
Operações de Crédito	6.2.b)	17.146	20.781
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	6.721	10.726
Despesas da Intermediação Financeira	**11.3**	**(32.250)**	**(26.112)**
Resultado líquido da Intermediação Financeira		**(8.383)**	**5.395**
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	**6.2.d)**	**212**	**(581)**
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		**(8.171)**	**4.814**
Outras receitas (despesas) operacionais	**15**	**22.136**	**4.520**
Receitas de Prestação de Serviços	15.1	1.417	1.303
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	46	22
Despesas de Pessoal	15.2	(4.574)	(4.095)
Despesas Administrativas	15.3	(2.712)	(1.154)
Despesas Tributárias	15.4	(42)	(349)
Outras Receitas Operacionais	15.5	28.252	8.987
Outras Despesas Operacionais	15.6	(250)	(184)
Reversões / (Despesas) de Provisões	15.7	(1)	(10)
Resultado antes dos impostos		**13.965**	**9.334**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.3**	**(6.642)**	**(4.416)**
Provisão para Imposto de Renda		966	(2.552)
Provisão para Contribuição Social		845	(1.863)
Ativo Fiscal Diferido		(8.453)	(1)
Lucro Líquido do período		**7.323**	**4.918**

Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)		
Ações ordinárias	1,5177	1,0192
Ações preferenciais	1,5177	1,0192
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R$ mil)		
Ações ordinárias	6.245	4.194
Ações preferenciais	1.078	724
Número de Ações em Circulação - básico e diluído		
Ações ordinárias	4.115.057	4.115.057
Ações preferenciais	710.143	710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido do período	**7.323**	**4.918**
Outros resultados abrangentes	**(34)**	**(6.471)**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	**(34)**	**(6.471)**
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(62)	(11.765)
Efeito fiscal	28	5.294
Resultado abrangente total do período	**7.289**	**(1.553)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31/12/2025	82.028	9.000	6.748	46.238	(1.804)	-	142.210
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(34)	-	(34)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	7.323	7.323
Saldos em 30/06/2026	82.028	9.000	6.748	46.238	(1.838)	7.323	149.499
Mutações do Período	-	-	-	-	(34)	7.323	7.289
Saldos em 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 [I]	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	3.966	-	(3.966)	-
Saldos em 01/01/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	7.318	-	144.036
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(6.471)		(6.471)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	4.918	4.918
Saldos em 30/06/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	847	4.918	142.483
Mutações do Período	-	-	-	3.966	(6.471)	4.918	2.413

[I] Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**13.965**	**9.334**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**(28.089)**	**(8.092)**
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	219	166
Atualizações Monetárias Ativas	(28.050)	(8.817)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(212)	581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46)	(22)
Variações em Ativos e Passivos	**(19.026)**	**(33.756)**
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	(11.648)	(5.321)
Operações de Crédito e Outros Créditos	41.656	(82.133)
Outros Ativos Financeiros	(19.312)	(66.181)
Ativos Fiscais	(9.590)	1.438
Outros Ativos	5.012	8.341
(Redução) / Aumento em Passivos		
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(26.713)	122.943
Provisões	1	235
Passivos Fiscais	10.306	(8.395)
Outros Passivos	(2.595)	1.757
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.143)	(6.440)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**(33.150)**	**(32.514)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Investimentos	(9.000)	(4.500)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	(404)	(20.573)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	36.703	52.009
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**27.299**	**26.936**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.927)	(2.264)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	**(2.927)**	**(2.264)**
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(8.778)**	**(7.842)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	9.826	9.628
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	1.048	1.786
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(8.778)**	**(7.842)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
1 - Receitas	**53.497**	**41.022**
Intermediação financeira	23.867	31.507
Prestação de serviços	1.417	1.303
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	212	(581)
Outras	28.001	8.793
2 - Despesas de Intermediação Financeira	**(32.250)**	**(26.112)**
3 - Insumos adquiridos de terceiros	**(2.712)**	**(1.154)**
Serviços de terceiros	(2.317)	(723)
Outros	**(395)**	**(431)**
Processamento de dados	(82)	(97)
Serviços do sistema financeiro	(70)	(47)
Seguros	(92)	(71)
Outros	(151)	(216)
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	**18.535**	**13.756**
5 - Depreciação, amortização e exaustão	-	-
6 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4-5)	**18.535**	**13.756**
7 - Valor adicionado recebido em transferência	**46**	**22**
Resultado de equivalência patrimonial	46	22
8 - Valor adicionado a distribuir (6+7)	**18.581**	**13.778**
9 - Distribuição do valor adicionado	**18.581**	**13.778**
Pessoal	**3.759**	**3.420**
Remuneração direta	3.599	3.196
Benefícios	139	175
FGTS	21	49
Impostos, taxas e contribuições	**7.499**	**5.440**
Federais	7.459	5.401
Municipais	40	39
Remuneração de capitais próprios	**7.323**	**4.918**
Lucros retidos do período	7.323	4.918

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2026 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 04/08/2026.

2.2. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test)*, cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas no Resultado no Grupo "Receita da Intermediação Financeira" em suas respectivas rubricas.

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

As Estimativas do valor justo se baseiam em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possuem informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment)*

- Ativos mensurados ao custo amortizado

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- Estágio 1 – Ativos Realizáveis: Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa: Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis: É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- Créditos avaliados individualmente: Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- Créditos avaliados coletivamente: Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Critérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- Impostos sobre renda corrente e diferido

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei Complementar nº 224/2025.

Os impostos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20 e a Resolução BCB nº 15/20. O reconhecimento e a mensuração desses ativos consideram os efeitos da Lei nº 14.467/22, alterada pela Lei nº 15.078/2024, que disciplina a dedutibilidade das perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros em 1/84 avos mensais para o estoque de perdas apurado na transição para a Resolução CMN nº 4.966. Os ativos fiscais diferidos são apresentados no ativo não circulante, seguindo as diretrizes da Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment)* no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é considerada praticamente certa, o que ocorre, usualmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas (trânsito em julgado). Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações fiscais, trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos como provisão quando existe um provável desembolso de recursos para liquidar a obrigação, desde que os valores envolvidos possam ser estimados com confiança.

As contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 14.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos, favoráveis ou desfavoráveis, ocorridos entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Eventos que originam ajustes: os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

A ocorrência de eventos subsequentes, ou a declaração de sua inexistência no período, será evidenciada em nota explicativa específica, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Evento Subsequente, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

2.3. Normas e interpretações aplicáveis em períodos futuros

As seguintes normas e interpretações foram emitidas pelos Reguladores que entrarão em vigor em períodos futuros. A Instituição não optou pela adoção antecipada dessas normas, exceto se indicado de outra forma:

- Reforma Tributária

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 instituíram o IBS, a CBS e o Imposto Seletivo (IS), dando início à transição gradual da Reforma Tributária. O novo sistema substituirá tributos antigos como PIS/Pasep, COFINS, ISS, ICMS, IPI e IOF-Seguros, estruturando-se nos regimes Geral, Específico e Diferenciado. Entre os principais avanços da nova legislação destacam-se a não cumulatividade plena, o crédito ao longo da cadeia e a definição da base de cálculo pelo preço líquido. Os serviços financeiros farão parte do Regime Específico, com a incidência do IBS e da CBS programada para começar em 1º de janeiro de 2027. A alíquota inicial estimada para o setor será de 10,85%, com previsão de aumento gradual até atingir 12,50% em 2033. Os impactos definitivos da reforma ainda estão sendo avaliados e devem ser concluídos até a entrada em vigor das novas regras.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	1.048	1.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	8.567
Total	**1.048**	**9.826**

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	30/06/2026				31/12/2025
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil	Valor justo/ Contábil
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	38.730	(52)	(6.375)	**32.303**	**43.820**
Certificado de Recebíveis Imobiliários	19.564	(3.249)	(26)	**16.289**	**17.556**
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	7.164	-	(11)	**7.153**	**8.202**
Nota Comercial	3.442	-	(11)	**3.431**	**4.142**
Debêntures	4.402	(41)	(541)	**3.820**	**4.954**
Total	**73.302**	**(3.342)**	**(6.964)**	**62.996**	**78.674**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	26.579	28.314
De 1 a 2 anos	21.056	126
De 2 a 3 anos	4.959	27.241
De 3 a 4 anos	2.687	12.191
De 4 a 5 anos	1.715	3.035
Acima de 5 anos	6.000	7.767
Total	**62.996**	**78.674**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política de risco de crédito institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Perda	31/12/2025	Ganhos/ Perdas	Liquidações	Transferências	30/06/2026
Estágio 1	**(3.098)**	**(7)**	**195**	**2.766**	**(144)**
Debêntures	(33)	1	5	27	-
Nota Comercial	(13)	-	1	1	**(11)**
CRA	(3.009)	(7)	182	2.738	**(96)**
CDCA	(13)	-	2	-	**(11)**
CRI	(30)	(1)	5	-	**(26)**
Estágio2	**-**	**(701)**	**1**	**(1.293)**	**(1.993)**
CRA	-	(186)	-	(1.266)	**(1.452)**
Debêntures	-	(515)	1	(27)	**(541)**
Estágio 3	**(5.624)**	**(3.354)**	**5.624**	**(1.473)**	**(4.827)**
CRA	(5.624)	(3.354)	5.624	(1.473)	(4.827)
Total Geral	**(8.722)**	**(4.062)**	**5.820**	**-**	**(6.964)**

5. nstrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	30/06/2026				31/12/2025
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	42.799	-	-	42.799	43.668
Fundo de investimentos em direitos creditórios	26.686	-	-	26.686	34.909
Fiagro	991	-	-	991	906
Total	**70.476**	**-**	**-**	**70.476**	**79.483**

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	30/06/2026	31/12/2025
Indeterminado	43.790	44.574
Até 1 ano	9.868	17.861
De 1 a 2 anos	1.554	-
De 2 a 3 anos	15.264	17.048
Total	**70.476**	**79.483**

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	8.567
Total – Circulante	**-**	**8.567**

6.2. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das operações de crédito e outros créditos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Nota Comercial	157.823	172.318
Cédula de Produto Rural	26.968	54.433
Total – Circulante	**184.791**	**226.751**

b) Operações de crédito e outros créditos por prazo de vencimento

Prazo	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 ano	136.585	158.789
De 1 a 2 anos	17.288	11.139
De 2 a 3 anos	30.168	50.099
De 3 a 4 anos	750	6.724
Total	**184.791**	**226.751**

c) Receitas de operações de crédito e outros créditos

Em 30 de junho de 2026, as receitas de operações de crédito e outros créditos totalizaram R$ 17.146 (R$ 20.781 em 30 de junho de 2025).

d) Movimentação do saldo das operações de crédito e outros créditos por estágios

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Total
Saldo em 31/12/2025	**218.374**	**8.377**	**226.751**
Receita reconhecida no período	16.479	667	**17.146**
Liquidação (juros e amortização)	(58.001)	(1.105)	**(59.106)**
Saldo em 30/06/2026	**176.852**	**7.939**	**184.791**

Não houve transferência de saldo entre estágios no período.

e) Movimentação das perdas esperadas por estágios

Descrição	31/12/2025	Ganhos/Perdas	Liquidações	30/06/2026
Estágio 1	**(737)**	**(50)**	**348**	**(439)**
Cédula de Produto Rural	(289)	(13)	261	**(41)**
Nota Comercial	(448)	(37)	87	**(398)**
Estágio 2	**(4.188)**	**(334)**	**552**	**(3.970)**
Cédula de Produto Rural	(4.188)	(334)	552	**(3.970)**
Saldo em 30/06/2026	**(4.925)**	**(384)**	**900**	**(4.409)**

Em 30 de junho de 2026, as Perdas esperadas de Ativos Financeiros no resultado do período totalizaram uma reversão (receita) de R$ 212 (despesa de R$ 581 em 30 de junho de 2025). Do total, no período, R$ 200 se refere à Recuperação de créditos baixados para prejuízo.

6.3. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, a Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 15.5). Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os referidos títulos registraram provisão no montante de R$ 1.306.

7. Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	**164**	**127**
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	**6.557**	**10.599**
Ao custo amortizado	383	200
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.436	8.136
Ao valor justo por meio do Resultado	3.738	2.263
Total	**6.721**	**10.726**

8. Ativos Fiscais

8.1. Correntes - Impostos a compensar

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Antecipação IRPJ/CSLL	7.304	5.209
IRPJ/CSLL	62	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	261	11
Total - Circulante	**7.627**	**5.220**

8.2. Diferidos - Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026
Diferenças temporárias	**10.010**	**6.291**	**(7.561)**	**8.740**
Provisão para perda esperada	605	4.247	(2.585)	2.267
Contingências	1.451	1	-	1.452
MTM	1.476	1.780	(1.752)	1.504
Outros	6.478	263	(3.224)	3.517
Total	**10.010**	**6.291**	**(7.561)**	**8.740**

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários

Diferenças Temporárias	30/06/2026	31/12/2025
2026	1.504	353
2027	2.312	1.476
2028	3.473	-
2030 a 2032	1.451	8.181
Total	**8.740**	**10.010**
Valor presente	**6.603**	**5.489**

8.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes dos impostos	**13.965**	**9.334**
Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com alíquotas vigentes [(I)]	(6.284)	(4.200)
Ajustes no cálculo dos tributos	(358)	(216)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	**(6.642)**	**(4.416)**

(I) Alíquotas vigentes: (i) A Provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240; e (ii) a contribuição social é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20%.

9. Outros Ativos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 12.b)	6.709	6.486
Rendas a receber	617	703
Despesas Antecipadas (I)	159	220
Devedores diversos	22.976	14
Total	**30.461**	**7.423**
Circulante	23.752	905
Não circulante	6.709	6.518

(I) Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

10. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025
Capital social	11.500	11.500	11.500
Patrimônio líquido Ajustado (I)	11.255	10.329	9.590
Total de ações - ON	575.000	575.000	575.000
Participação %	5%	5%	5%
Lucro / (Prejuízo) societário do período	926	1.182	443
Resultado de participações societárias	46	59	22
Valor dos investimentos	**562**	**516**	**480**

(I) Domo Digital Tecnologia S.A. – O Banco detém 5% do capital social da empresa. A adoção do método da equivalência patrimonial, em atendimento ao artigo 248 da Lei nº 6.404/76, fundamenta-se no exercício de influência significativa, caracterizada pela inserção de ambas as entidades no mesmo grupo econômico, cujo controle pertence ao Banco Mercantil do Brasil S.A.

b) Outros investimentos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda. (I)	13.500	4.500
Total	**13.500**	**4.500**

(I) Aquisição adicional de participação de 20% no capital social da Precpago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda., elevando a participação total de 10% para 30%. O processo foi submetido ao Bacen e aprovado em 17/07/2026 e o saldo será reclassificado para investimentos de coligadas no terceiro trimestre de 2026.

11. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

11.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 2 a 5 anos	30/06/2026	31/12/2025
A Prazo	-	5.766	56.047	**61.813**	**78.615**
Interfinanceiros	89.470	115.321	155.114	**359.905**	**358.129**
Total	**89.470**	**121.087**	**211.161**	**421.718**	**436.744**

11.2. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	30/06/2026	31/12/2025
Letras de Crédito do Agronegócio	107	13.970	**14.077**	**25.762**
Total	**107**	**13.970**	**14.077**	**25.762**

11.3. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Depósitos	30.806	26.030
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	1.393	22
Outras - Fundo garantidor de crédito	51	60
Total	**32.250**	**26.112**

12. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.
No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- Trabalhistas: são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- Cíveis: são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências.
- Fiscais: são registradas, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e fiscais são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

a) Composição das Provisões

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Provisões para processos fiscais [I]	6.527	6.309
Provisões para processos cíveis	3	1
Total – Não circulante	**6.530**	**6.310**

[I] Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:
- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nº 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31/12/2025	**6.309**	**-**	**1**	**6.310**
Constituição / (Realização) – vide nota nº 15.7	-	-	1	**1**
Atualização Monetária	218	-	-	**218**
Atualização de depósitos / Liquidações	-	-	1	**1**
Saldos em 30/06/2026	**6.527**	**-**	**3**	**6.530**
Depósitos judiciais (vide nota nº 9) (I)	**6.525**	**184**	**-**	**6.709**

(I) No caso de ações trabalhistas, tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R$ 2.528 (R$ 2.506 em dezembro de 2025).

13. Outros Passivos

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Sociais e Estatutárias	2.473	6.693
Credores Diversos	109	1.253
Provisão para Pagamentos a Efetuar	79	215
Outros	41	63
Total – Circulante	**2.702**	**8.224**

14. Patrimônio Líquido

14.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	30/06/2026		31/12/2025	
	Quantidade	R$ mil	Quantidade	R$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	**4.825.200**	**82.028**	**4.825.200**	**82.028**

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

14.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

14.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos períodos não foram declarados juros sobre o capital próprio ou dividendos.

14.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2026	30/06/2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	**4.825.200**	**4.825.200**
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	**4.825.200**	**4.825.200**
Lucro básico atribuível (em R$ mil)	**6.245**	**1.078**	**7.323**	**4.918**
Lucro básico por ação	**1,5177**	**1,5177**	**1,5177**	**1,0192**

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

15. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

15.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

15.2. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	3.301	2.266
Encargos sociais	836	724
Proventos	298	627
Participação nos lucros	-	303
Benefícios	139	175
Total	**4.574**	**4.095**

15.3. Despesas administrativas

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de terceiros	2.067	372
Serviços prestados - Ligadas [I]	250	351
Mensalidades e taxas de associações	115	82
Processamento de dados	82	97
Seguros	92	71
Serviços do Sistema Financeiro	70	47
Outras	36	134
Total	**2.712**	**1.154**

[I] Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 16.1.).

15.4. Despesas tributárias

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	-	218
PIS	-	44
ISSQN	40	39
Outros tributos	2	48
Total	**42**	**349**

15.5. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Variações monetárias ativas [I]	28.050	8.817
Recuperação de encargos e despesas	5	11
Outras receitas Operacionais	197	159
Total	**28.252**	**8.987**

[I] Refere-se, basicamente, às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

15.6. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Variações Monetárias Passivas	218	156
Outras Despesas	32	28
Total	**250**	**184**

15.7. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Provisões fiscais	-	(49)
Provisões cíveis	(1)	39
Total	**(1)**	**(10)**

15.8. Resultados não recorrentes

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

16. Transações com Partes Relacionadas

16.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativos	**1.048**	**9.826**
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.048	1.259
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Banco Mercantil)	-	8.567
Passivos	**(359.946)**	**(360.852)**
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(359.905)	(358.129)
Outras obrigações (Banco Mercantil)	(41)	(2.723)
Receitas / (Despesas)	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	**(26.008)**	**(18.890)**
Outras receitas / (despesas) operacionais	**250**	**(378)**
Receitas de Prestação de Serviços	500	-
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 15.3.	(250)	(351)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	-	(27)

16.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 23/04/2026, que estabeleceu o limite para o exercício social em R$ 8.060.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 15.2.).

Até 30 de junho de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2026, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 5.177/24, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

16.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

17. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2026, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) era de 17,2% (13,5% em dezembro de 2025), perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.989/20. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

17.1. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**62.997**	**62.997**	**-**	**-**	**62.997**
Títulos e Valores mobiliários	62.997	62.997	-	-	62.997
Ao valor justo por meio do resultado	**70.475**	**-**	**-**	**70.475**	**70.475**
Títulos e Valores mobiliários	70.475	-	-	70.475	70.475
Ao custo amortizado	**408.896**	**-**	**408.896**	**-**	**408.896**
Operações de Crédito	180.382	-	180.382	-	180.382
Outros Ativos Financeiros	228.514	-	228.514	-	228.514
Total em 30/06/2026	**542.368**	**62.997**	**408.896**	**70.475**	**542.368**
Total em 31/12/2025	**597.752**	**78.674**	**439.595**	**79.483**	**597.752**

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	**435.876**	**359.905**	**75.971**	**435.876**
Depósitos	421.718	359.905	61.813	421.718
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.077	-	14.077	14.077
Outros Passivos Financeiros	81	-	81	81
Total em 30/06/2026	**435.876**	**359.905**	**75.971**	**435.876**
Total em 31/12/2025	**462.589**	**358.129**	**104.460**	**462.589**

18. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS *Foundation*). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 30 de junho de 2026 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes no período.

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araújo – Secretário
Roberto Godoy Assumpção
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Bruno Pinto Simão

DIRETORES
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Data-Base 01/07/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 27, §1º, incisos V e VI da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. –"BMI", declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de junho de 2026, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte/MG, 4 de agosto de 2026.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Bruno Pinto Simão

Diretores
Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Gregório Moreira Franco



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS